



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 8 – Informação e Tecnologia

Pôster

**APLICAÇÃO DAS HABILIDADES DO PROFISSIONAL DA
INFORMAÇÃO NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA¹**

***SKILLS APPLICATIONS OF INFORMATION PROFESSIONAL ON
CYCLE OF PUBLIC POLITIC OF INFORMATION AND TECHNOLOGY***

Thabyta Giraldele Marsulo, UNESP/Marília
thabytagm@hotmail.com

Ângela Maria Grossi de Carvalho, UNESP/Marília
angela@carvalho.jor.br

Resumo: Considerando a Ciência da Informação um campo interdisciplinar buscamos enlaçar seus pressupostos teóricos aos do campo das políticas públicas em especial as de informação e tecnologia. Com o objetivo de destacar as habilidades específicas dos profissionais da informação sobre o ciclo de vida e o desenvolvimento de políticas públicas visando alavancar as transformações trazidas pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC), elementos reguladores da sociedade contemporânea, no âmbito da sociedade e, principalmente, neste universo governamental. O estudo apresenta características de pesquisa fundamental e aplicada. No primeiro caso nos interessamos pelas investigações do campo teórico e metodológico da Ciência da Informação que contribui para a validação das teorias propostas neste projeto, a compreensão dos sujeitos sociais no processo de atuação do profissional da informação no âmbito das políticas públicas, através da conexão do percurso histórico da Ciência da Informação e seus profissionais e o cenário político nacional, reforçando a importância do envolvimento do profissionais da área na elaboração destas políticas.

Palavras-chave: Políticas públicas de informação e tecnologia. Profissional da informação. Avaliação de políticas públicas. Tecnologias de informação e comunicação.

Abstract: Considering the information science an interdisciplinary field seek to ensnare the assumptions of the field of public policies especially information and technology. In order to highlight the specific skills of professionals in the information life cycle and the development of public policies to leverage the changes brought about by information technology and communication, regulatory elements of contemporary society within the society and especially this government universe . The study presents fundamental and applied research characteristics. In the first case we are interested by

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

the research of the theoretical and methodological field of information science that contributes to the validation of the proposed theories in this project, understanding of social subjects in the professional performance of process information within public policies through the connection historical development of information science and its professionals and the national political scene, reinforcing the importance of the involvement of information science professionals in the preparation of these policies .

Keywords: Public policy and information technology. Information professional. Evaluation of public policies . Information technology and communication.

1 INTRODUÇÃO

Com a World Wide Web (Web) e a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) modificaram o modo como as pessoas se relacionam com a informação e impactaram a sociedade nas esferas tecnológica, social, econômica e política, uma vez que, em essência, a Internet é dinâmica e sem fronteiras, possibilitando o acesso global a diversos tipos de informação.

A evolução das TIC, ao longo das últimas décadas, proporcionou o acesso a uma grande quantidade e variedade de informações, por indivíduos de diversos âmbitos da sociedade. Dessa forma, vimos o surgimento de uma Sociedade da Informação (SI), a qual exige, cada vez mais, velocidade na aquisição de serviços de comunicação e de informações para o funcionamento ágil e eficiente de ações no mercado de trabalho e das relações pessoais.

A sociedade do conhecimento se baseia no uso compartilhado de recursos, na construção coletiva de conhecimento, na interação livre de restrições de espaço e tempo e, na valorização do direito à informação, às tecnologias de informação e comunicação e à educação, como um bem comum, assim a população passa a ter mais poder diante da reivindicação de seus direitos, uma vez que, a informação e o conhecimento, matérias-primas indispensáveis para a construção da nova sociedade.

Nessa nova sociedade, as políticas públicas deviam traduzir em seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados as formas de exercício do poder político desta população, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder (e do conhecimento), o papel do conflito social nos processos de decisão e a distribuição de custos e benefícios sociais. (Teixeira, 2002)

Entretanto, para que isso ocorra, Lévy (2010, p. 10) aponta que na sociedade do conhecimento as pessoas devem ser preparadas e educadas para a interação com as informações: “Não se deve fabricar pessoas que consomem informação previamente empacotadas por terceiros”. Para o autor, a população tem de ser formada e habilitada para a

interação crítica, a fim de compreender qual informação possui fonte fidedigna e ser capaz de encontrar a informação que procuram enquanto produzem informação para ser consumida, através da inserção do material contida nas fontes em seu contexto social específico, resultando em um movimento de troca, colaboração e complementação de conhecimentos, que alimenta o sistema.

Entretanto, como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses distintos e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e eficazes.

No âmbito da mediação o profissional da informação apresenta-se qualificado para atuar, sendo assim, buscamos inserir o profissional da informação e suas habilidades mediadoras no processo de formulação e avaliação de políticas públicas, aproximando governantes e governados em uma discussão produtiva de melhoria da sociedade em que estão locados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As políticas públicas vêm sendo definidas historicamente como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, cobrar ações de governos democráticos e constantemente avaliar essas ações propondo mudanças e adequações sempre que necessárias.

Considera-se que este ramo do conhecimento contou com quatro grandes fundadores: H. Laswell (1958), H. Simon (1957), C. Lindblom(1959) e D. Easton (1965), que apresentaram conceitos norteadores dos estudos de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos).

Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação.

Para associar o profissional da informação ao contexto das políticas públicas é importante ressaltar que

as formas de atuação do Estado com relação aos elementos estruturais da Sociedade são cruciais, uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites institucionais. (MIRANDA, 2000, p.4).

A Ciência da Informação não nasce como uma ciência social, mas acaba adquirindo uma bagagem nesse contexto ao se importar com o registro e recuperação das informações.

Entre os primeiros autores a destacar a posição social desse campo da ciência estão Borko (1968), Wersing e Neveling (1975), apontando que a melhora na transferência do conhecimento por meio de um processo de disseminação e compartilhamento preciso de conteúdo, auxiliando o desenvolvimento de outras áreas.

A partir das observações apontadas, tornar-se-ia necessária, sob o olhar da Ciência da Informação como ciência transdisciplinar que se propõe encontrar soluções aos conflitos sociais entre as demais ciências e tecnologias, a elaboração de métodos que proponham modelos teóricos capazes de produzir resultados de arquiteturas da informação simples o bastante para serem compartilhadas por todos, dadas as características de interatividade presentes na Web, e que, assim, venham a ser úteis em sua aplicação e contribuam para uma melhor condução da informação, elemento precioso em uma sociedade em que o conhecimento interativo é o seu caracterizador e o poder efetivamente usufruí-lo constitui condição essencial para a construção dos saberes e para o desenvolvimento de indivíduos no poder.

Nesse aspecto a atuação de um profissional capacitado para mediar informações e construir uma cultura para compartilhar conhecimento, criar ambientes para transferência de conhecimento tácito (Sveiby, 2000) de acordo com a necessidade de um público específico se torna essencial.

Os profissionais da informação usam diariamente essas habilidades nas suas atividades, como esclarecem Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002) ao afirmar que o profissional da informação ou do conhecimento tem a habilidade de lidar com a informação e conhecimento, agregando valor aos mesmos, a fim de trabalhar com pessoas incentivando-as a participar da sociedade e exercer a cidadania.

2.1 Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como de tipo exploratória, com procedimentos de pesquisa bibliográfica e analítica, possuindo uma abordagem qualitativa, abarcando investigações do campo teórico e metodológico da Ciência da Informação que contribuam para as políticas públicas, tais como: teorias, princípios, processos da Ciência da Informação, em especial da Organização da Informação, Representação da Informação, Mediação da Informação, Estudo de Usuários e de Comunidades e das Tecnologias de Informação e Comunicação no contexto da World Wide Web.

Assim, com a base teórica consolidada, serão analisadas e identificadas nos ciclos de desenvolvimento de políticas públicas de informação e tecnologia as características e habilidades dos profissionais da informação que podem ser exploradas nesse contexto.

3 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Diante do importante e desafiador momento que nos encontramos no cenário das mudanças nos setores econômicos, tecnológicos e político-sociais, inquietou-nos pensar a respeito das extensões das políticas científicas brasileiras para atender as demandas de novas produções optadas pelos pesquisadores.

As atividades de produção de indicadores quantitativos em ciência, tecnologia e inovação vêm se fortalecendo no país na última década, com o reconhecimento da necessidade, por parte dos governos federal e estaduais e da comunidade científica nacional, de dispor de instrumentos para definição de diretrizes, alocação de investimentos e recursos, formulação de programas e avaliação de atividades relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico no país.

Na área de ciência e tecnologia, o maior desafio no Brasil é a elaboração e a implementação de uma política de longo prazo que permita ao desenvolvimento científico e tecnológico alcançar a população e que efetivamente tenha um impacto determinante na melhoria das condições de vida da sociedade.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Assim as políticas públicas se desenvolvem através de um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado.

O ciclo da política pública é constituído segundo Howlett e Ramesh em 1993, e tem como objetivo criar uma visualização e interpretação organizada da vida de uma política pública em fases sequenciais: identificação do problema, definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

A primeira fase focaliza os problemas, isto é, problemas entram na agenda quando se assume que algo deve ser feito a respeito destes. O reconhecimento e a definição dos problemas afetam a definição da agenda, apresentada como a segunda fase. A terceira fase se baseia na formulação de alternativas que o governo local aceita como provável solução para os problemas apontados, a quarta fase focaliza a política propriamente dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema.

Essa construção se daria via processo eleitoral, via mudanças nos partidos que governam ou via mudanças nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. Segundo esta visão, a construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é fator poderoso e determinante. A quinta fase se pauta nos possíveis efeitos que essa política apresenta, através da avaliação de sua eficiência e eficácia.

Enxergamos nesse projeto a intensa participação do profissional da informação nas fases de identificação do problema (1ª fase), onde verifica-se a necessidade de habilidades de inteligência competitiva para perceber os focos de conflitos e transformar dados avulsos em informação, assim apontando a direção a ser seguida.

Na fase do ciclo sociais no momento de finalização e implementação desta política (4ª fase) emprega-se a gestão da informação e suas capacidades e recursos informacionais para que o Estado administre as informações como um recurso estratégico fundamental para uma eficaz adaptação às mudanças, já no processo de avaliação (5ª fase), o monitoramento informacional é de extrema importância para o processamento de informações na forma de experiências e práticas documentadas e explicitadas, tanto no ponderamento de processos quanto no de resultados concretos alcançados. tais etapas necessitam da mediação entre os agentes formadores das políticas e a população beneficiada por elas.

Entendem-se aqui como partes envolvidas as profissões que procuram tratar a informação, ou seja, bibliotecários, arquivistas, cientistas da computação, engenheiros de softwares dentre outros.

A organização de serviços de informação para fazer frente a requisitos específicos é, na verdade, o ponto crucial do manejo da informação, e é de responsabilidade básica dos especialistas da informação constantemente inovar produtos e serviços para prover o conhecimento de direito a todo cidadão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU PARCIAIS)

Não existem dúvidas sobre o crescimento da área de políticas públicas na pesquisa acadêmica que se realiza atualmente no Brasil. Várias áreas do conhecimento, e não só a ciência política, vêm realizando pesquisas sobre o que o governo faz, ou deixa de fazer. Portanto, a academia, juntamente com órgãos governamentais e centros de pesquisa, estes últimos com tradição mais antiga na área, têm ampliado sua presença nos estudos e pesquisas sobre políticas públicas.

Ao entender as políticas públicas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado é necessário um caminho de mão dupla entre os discursos de ambos os interessados o que, porém, nem sempre ocorre, devido a incompatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

Observa-se que o desenho de muitas políticas públicas são verdadeiras caixas pretas, no sentido de abstração. Para se entender como certos bens e serviços são obtidos e como os atores estão envolvidos no processo é necessário que opere uma transparência para que a população entenda como os produtos e serviços anunciados correspondem as transformações do meio.

A atuação do profissional da informação no planejamento das atividades de gestão pública e na avaliação permite essa ponte, trazendo consigo a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, tornando fundamental a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e informacionais e não somente nos gabinetes governamentais.

5 REFERÊNCIAS

- BORKO, H. Information Science: What is it? *American Documentation*, v. 19, n.1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: <http://aprender.unb.br/course/view.php?id=3530> Acesso em 20 jul. 2015
- EASTONE, D. **A framework for political analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.
- HOWLETT, M.; M. RAMESH (2003). **Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems**, Toronto, Oxford University Press.
- LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.
- LEVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: p. 34, 2010.
- LINDBLOM, C. E. The Science of Muddling Through, *Public Administration Review* n. 19, p 78-88, 1959.
- MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília , v. 29, n. 2, Aug. 2000
- SIMON, Herbert. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.
- SVEIBY, Karl Erik. **Métodos para avaliar ativos intangíveis**. Disponível em: http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_01.pdf . Acesso em :20 jul. 2015.
- TARAPANOFF, K.; SUAIDEN, E.; OLIVEIRA, C. L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, out. 2002.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Disponível em <http://www.aatr.org.br/papelpp.pdf>; Acesso em 22 de Novembro de 2014.

WERSIG, G.; NEVELING, U. **Os fenômenos de interesse para a ciência da informação**, 1975. Tradução do inglês por Tarcísio Zandonade. Disponível em: <http://www.alvarestech.com/lillian/GestaoDaInformacao/Rogério/WersigNeveling.pdf>. Acesso em 20 jul. 2015